

FEMINICÍDIOS E A PRODUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO: ARTICULAÇÕES ENTRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, SOCIEDADE, GÊNERO E EPISTEMOLOGIA FEMINISTA

Cíntia de Souza Batista Tortato ¹

Gloria Maria Pereira Funes²

Resumo: O objetivo do trabalho é discutir, a partir da epistemologia feminista, a contribuição da perspectiva de Ciência, Tecnologia, Sociedade (CTS) e Gênero para o enfrentamento das violências contra as mulheres incluindo a forma mais extrema, o feminicídio. Tal violência não é somente um fenômeno jurídico ou criminal, mas um processo social historicamente construído e legitimado por saberes, práticas e estruturas que influenciam as relações de gênero. A metodologia se caracteriza como revisão bibliográfica narrativa a partir dos campos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), da Epistemologia Feminista e dos Estudos de Gênero. Consta-se que é necessário repensar a interseção das tecnologias, especialmente as digitais, frente ao feminicídio, a fim de que se articulem simultaneamente diversos meios e instrumentos para fortalecer a conscientização, às políticas públicas e as leis, como também de maneira cultural reformular condutas respeitadas e igualitárias para combater o feminicídio.

Palavras-chave: Feminicídio; Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS); Epistemologia feminista; Estudos de gênero.

1.Introdução

As publicações que abordam as questões sobre gênero, ciência e tecnologia têm se direcionado a discutir e analisar aspectos como presenças e ausências das mulheres em áreas científicas e tecnológicas, equidade/igualdade/desigualdades de gênero na C&T (González García; Perez Sedeño 2002).

A oposição ao androcentrismo e sexismo na prática científica não se desconecta da mesma oposição em outros contextos acadêmicos, sociais e culturais. O patriarcado, o racismo, a misoginia e as outras formas de hierarquização e desigualdade das relações ultrapassam as barreiras imaginadas como proteção em contextos específicos. A mulher cientista, engenheira, líder de grupo de pesquisa,

¹ Dra. em Tecnologia e Sociedade – UTFPR, docente do Instituto Federal do Paraná – IFPR. e-mail: cintia.tortato@ifpr.edu.br.

² Mestra em Ciência, Tecnologia e Sociedade – IFPR.

estudante está sujeita às mesmas violências embora em graus de vulnerabilidade diferentes daquelas mulheres que estão nas periferias dos sistemas, das cidades e das condições mínimas de dignidade.

Diante disso, os estudos de CTS e Gênero podem apresentar abordagens diretamente relacionadas ao entendimento das dinâmicas que circundam o feminicídio como expressão máxima da violência contra as mulheres. A área de CTS e Gênero tem condições de construir intersecções, entendimentos e servir de base para políticas públicas relacionadas à prevenção, combate e disseminação de dados sobre o feminicídio de forma a somar às outras áreas que já o fazem.

Os estudos de Ciência, Tecnologia, Sociedade e Gênero integram perspectivas teóricas, metodológicas e de ação social, educacional e política com base em epistemologias de gênero e feministas (Costa; Feltrin, 2016). A metodologia se caracteriza como revisão bibliográfica narrativa, a partir de artigos científicos, articulando os campos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), da Epistemologia Feminista e dos Estudos de Gênero.

A epistemologia feminista emerge como uma crítica fundamental ao modelo clássico de produção de conhecimento, baseado na pretensa neutralidade, universalidade e objetividade científica. Haraway (1995) propõe o conceito de saberes situados, que valoriza a perspectiva das mulheres e das populações historicamente marginalizadas na produção de conhecimento. A epistemologia feminista, ao questionar a exclusão sistemática das mulheres da ciência e denunciar o androcentrismo epistemológico, oferece instrumentos para desvelar como o conhecimento científico pode produzir e reproduzir estruturas que sustentam o sexismo e a violência de gênero.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo discutir, a partir da epistemologia feminista, a contribuição da perspectiva de Ciência, Tecnologia, Sociedade (CTS) e Gênero para o enfrentamento das violências contra as mulheres incluindo a forma mais extrema, o feminicídio. Para tanto, os seguintes objetivos específicos foram traçados: a) apresentar teoricamente as abordagens das violências contra meninas e mulheres, especialmente do feminicídio, sob a perspectiva de

Ciência, Tecnologia, Sociedade e Gênero; b) investigar a relação entre a tecnologia enquanto ferramenta de promoção tanto de controle quanto apoio para as vítimas; c) debater elementos que contribuem para a prevenção das violências e para denúncia das violências abordando o processo de naturalização e invisibilidade que colabora para a manutenção de um contexto social e cultural violento para as mulheres em todos os espaços.

Os estudos de gênero, por sua vez, possibilitam uma leitura crítica das categorias de feminino e masculino como construções sociais e históricas, e não como dados biológicos naturais. Nesse sentido, os feminicídios não são apenas eventos isolados, mas expressão extrema de um sistema de gênero que organiza hierarquicamente as relações sociais, sustentado por normas culturais, institucionais e tecnológicas que disciplinam e controlam os corpos e comportamentos das mulheres.

2. Discussões

2.1 Ciência, Tecnologia, Sociedade e Gênero – Abordagens das violências

A perspectiva CTS permite compreender a ciência e a tecnologia como práticas sociais situadas, permeadas por valores, interesses e relações de poder. Longe de serem neutras, as ciências — inclusive as ciências médicas, jurídicas e criminais que produzem os discursos sobre violência — participam na legitimação ou na invisibilização dos feminicídios. Segundo Feenberg (2002), a tecnologia carrega uma ambivalência permanente, podendo servir para a manutenção do estado das coisas ou para sua modificação através da integração dos interesses sociais e subjetivos.

Assim, compreender e enfrentar o feminicídio exige não apenas políticas públicas eficazes, mas também uma transformação epistemológica e ética, que incorpore a crítica feminista aos modos tradicionais de produzir conhecimento e tecnologia. Ao integrar as abordagens CTS, epistemologia feminista e estudos de gênero, propomos uma reflexão que transcende a visão técnica ou legalista do feminicídio, reconhecendo-o como um fenômeno complexo, ancorado em uma

ordem social e epistêmica desigual. (Nazareno; Tortato, 2020; Januário et al., 2020; Freitas; Luz, 2017; Lima; Costa, 2016).

Uma das abordagens da Epistemologia Feminista é desconstruir o conceito de naturalização das relações de poder, em que os comportamentos exercidos são naturais conforme o sexo - o homem é agressivo e a mulher é passiva porque fazem parte de sua essência biológica. Por isso, é importante refletirmos o gênero enquanto uma categoria de relações sociais, culturais e históricas que circundam homens e mulheres, e conforme Scott (1995) determinam e expressam diversos discursos que delineiam com base na diferença biológica. Inclusive, como um reforço, Sandra Harding (2007, p. 163-168) indica que, desde 1970, a crítica feminista vem promovendo e articulando problematizações sobre a lógica legitimadora das práticas científicas empregadas ao longo do processo histórico, em que diretrizes ligadas à objetividade, racionalidade e imparcialidade metodológica possuem um cunho classista, racista e sexista.

O Movimento Feminista aliado aos Estudos Culturais e Pós-Coloniais nos anos 60 e 70 destacou a importância das “diferenças” como ponto de partida tanto para auxiliar nas reivindicações sociais quanto para proporcionar novos modelos de análise social (Hall, 2006, Harding, 1998 *apud* Gomes, Casarin e Duarte, 2019). Ainda, tais estudos ressaltaram que a ciência ocidental foi formada a partir de uma determinada delimitação de raça e de sexo/gênero (Scott, 1995).

Afirmava-se que as mulheres detinham capacidades cognitivas reduzidas em comparação aos homens, como também as formas de teorização nas ciências comportamentais e sociais proporcionaram a invisibilidade das mulheres na qualidade de agentes sociais e cognitivas, de modo que as levou a uma submissão, a qual passou a ser contestada, demonstrando a importância de se realizar as análises com as lentes da Epistemologia Feminista (Longino, 2012 *apud* Ketzer, 2017, p. 99).

Como explica Smith (1987), o lar desde sempre foi o ambiente determinado à mulher, por isso ocupar o espaço público é a todo instante “um desafio e uma luta diária”, sendo assim a mulher que decida recusar o espaço determinado (lar) enquanto o único lugar possível para se estar, enfrentará resistências. A proposta

dessa autora é produzir uma sociologia que possibilite a explicação e a reflexão de como funciona a organização social aos seus membros, a fim de que a hegemonia masculina seja desafiada e mulheres capacitadas para atuar em âmbitos de conhecimento formal (Smith, 1987 *apud* Ketzer, 2017, p. 101).

Outras teorias surgiram também para contribuir com olhares interseccionais (raça, sexo, deficiência, idade etc.) que escancaram o nível dessas dimensões, acarretando “violências, exclusões essencialistas sobre os indivíduos, por meio de influências estruturais de poder e dominação, isto é, relações políticas, sociais e ideológicas” (Gomes, Casarin e Duarte, 2019).

Logo, a Teoria do Ponto de Vista, proposta por Sandra Harding (1987), de que as pessoas em situação de vulnerabilidade (as mulheres fazem parte desse grupo) detêm de uma visão diferente das demais, devido as suas experiências e lutas, tem a possibilidade de questionar as narrativas dominantes com base em suas perspectivas. Entretanto, historicamente foram silenciadas, de tal forma que é necessário favorecer essas vozes acerca da produção do conhecimento já que este não é neutro.

Diante da questão que envolve a “neutralidade científica”, a teoria dos saberes situados/localizados como ciência, proposto pela autora Donna Haraway (1995), nos convida a refletir que a partir deles, posto que “os saberes que passam a ser localizados, mostram de forma translúcida como esse local interfere na pesquisa e delimita a mesma, a partir da ideia perspectivista” (Gomes, Casarin e Duarte, 2019).

À vista disso, ao manifestar de qual lugar falamos e/ou escrevemos, permitimos a quem está lendo o entendimento mais transparente do saber construído, de acordo com a autora:

Precisamos aprender em nossos corpos, dotados das cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear (Haraway, 1995, p.21).

Ao abordarmos o feminicídio, que é caracterizado como a morte de mulheres em razão de seu gênero, principalmente em situação de violência doméstica e

familiar, possui o machismo como um dos fatores, pois sustenta circunstâncias de controle e de dominação. O machismo é um sistema de crenças que perpetua a desigualdade de gênero, criando um espaço que permite que as diversas violências contra as mulheres sejam toleradas, banalizadas e incentivadas (Alves e Paula, 2023).

Nesse sentido, segundo os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), foi constatado que “entre os anos de 2015 e 2024, foram registradas 11.650 ocorrências policiais de feminicídio e 29.659 ocorrências de homicídio doloso e lesão corporal seguidas de morte de mulheres no Brasil”, de modo que tais números somam 41.309 casos de mortes violentas de mulheres no período. Já em 2023, houve o registro de 1.438 casos de feminicídio e 2.707 casos de homicídio doloso e lesão corporal seguidas de morte de mulheres. Enquanto, em 2024, os dados indicam o registro de 1.450 feminicídios e 2.485 homicídios dolosos de mulheres e lesões corporais seguidas de morte (BRASIL, Raseam, 2025, p. 116).

Em outra análise, o novo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 24 de julho de 2025, apontou um aumento de 30,7% em feminicídio de adolescentes (12 a 17 anos), bem como de 20,7% entre mulheres com 60 anos ou mais, em 2024. Além disso, no mesmo ano, o perfil das vítimas que sobressaiu é formado, em sua maioria, por mulheres negras (63,6%), enquanto mulheres brancas representa 35,7%, e vítimas entre 18 e 44 anos (70,5%). Ainda, quanto aos autores, constatou que 60,7% eram companheiros e 19,1% como ex-companheiros, de maneira que somando equivale a 80% dos casos. Imperioso ressaltar que 97% dos feminicídios com autoria identificada pertence ao sexo masculino (BRASIL, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025, p. 156).

Em relação ao Estado do Paraná, os dados divulgados pelo Monitor de Feminicídios no Brasil (MFB), vinculado ao Laboratório de Estudos de Feminicídios da Universidade Estadual de Londrina (Lesfem/UEL), cujo levantamento semestral ocorreu com base no monitoramento sistemático de notícias e comparados pelos registros do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), averiguou que o número de casos registrados chegou a 179 de feminicídios consumados e tentados, cuja média apontou quase um caso por dia (0,98), no

período de janeiro a junho de 2025. Contudo, ao se comparar o mesmo período no ano de 2024, foram 194 casos registrados, de modo que houve uma queda de 7,7%. Quanto ao período comparativo entre julho e dezembro de 2024, se observa ainda uma queda de 22% (de 230 a 179 casos) (BRASIL, Monitor de Feminicídios no Brasil, 2025).

Um caso recente de feminicídio tentado é o de Juliana Garcia dos Santos (35 anos), que foi espancada com 61 socos no rosto pelo namorado Igor Eduardo Pereira Cabral (29 anos), dentro de um elevador, em Natal, no Rio Grande do Norte, no dia 26 de julho de 2025. As câmeras de segurança registraram a brutalidade, Juliana ficou ensanguentada e com o rosto desfigurado, sendo amparada primeiramente pelo porteiro que, ao observar a ocorrência, solicitou a ajuda dos moradores e entrou em contato com a Polícia Militar. O agressor alegou “ter sofrido uma crise de claustrofobia”, que no momento do surto, Juliana “lhe xingou e rasgou a sua camisa”, contudo, Igor possui um histórico de agressões contra mulheres em outras ocasiões que antecedem ao presente caso (Coelho, 2025).

A defesa da jovem comunicou que ela foi submetida a uma cirurgia de reconstrução facial na sexta-feira (1º de agosto de 2025), no Hospital Universitário Onofre Lopes, da UFRN, informando ainda que “a boa notícia é que a cirurgia foi um sucesso, Juliana está em processo de recuperação” (Coelho, 2025).

Outro caso que ganhou repercussão nacional é o da jovem Raíssa Suelen Ferreira da Silva (23 anos), morta pelo humorista Marcelo Alves dos Santos, em Curitiba/PR. Conforme a Polícia Civil (PC-PR), Marcelo alegou que a motivação para o crime foi devido a não ser correspondido por Raíssa ao se declarar para ela. O crime ocorreu em 2 de junho de 2025, data a qual ela foi dada como desaparecida, contudo, o corpo foi encontrado apenas no dia 9 de junho de 2025, quando Marcelo procurou a polícia, confessou o crime e indicou o local onde estavam os restos mortais. Destaca-se que para lograr êxito, Marcelo recebeu a ajuda do filho, Dhony de Assis, para retirar o corpo de Raíssa da casa e levar até uma área de mata, de modo que a Polícia Civil “o tempo gasto sugere que pai e filho já possuíam um plano previamente estabelecido para esconder o corpo” (Santucci, 2025).

Nessa ordem de ideias, precisar os desafios e as dificuldades das mulheres na ciência e tecnologia frente ao feminicídio possui muitos fatores, sendo um desses obstáculos a desconstrução do machismo estruturante. Aponta-se também a ausência de financiamento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, a descontinuidade do atendimento nos serviços de acolhimento, como também uma expansão política de movimentos ultraconservadores e o extremismo violento da extrema direita desde 2010. (Commonwealth of Australia, 2024).

Com esses e tantos outros casos chocantes que ocorreram durante a escrita desse artigo, que não é apenas revoltante, mas reflete que temos ainda muita luta pela frente.

2.2 Tecnologia enquanto ferramenta de promoção tanto de controle quanto apoio para as vítimas

A relação entre ciência, tecnologia e sociedade (CTS) e feminicídios é complexa e multifacetada. A investigação científica, as ferramentas tecnológicas e as estruturas sociais desempenham papéis críticos na compreensão, prevenção e abordagem dos feminicídios. A perspectiva de CTS e Gênero pode colaborar nas discussões sobre feminicídios frente as múltiplas formas de inserção da tecnologia, esta, enquanto empreitada historicamente masculina. Desse ponto de vista e com a epistemologia feminista como base, pode-se identificar e problematizar como o patriarcado pede converter a tecnologia em uma ferramenta que promove a manutenção de mulheres em situação de opressão dentro da sociedade. De tal forma que, o controle masculino produz uma tecnologia que “incorpora ideologias masculinas que determinam como meninas e mulheres devem viver” (Cruz, p. 128, 2002). Em contraposição, a mesma tecnologia pode atuar como recurso, monitoramento, oferecer elementos de análise e levantamento de dados importantes.

No aspecto mais amplo das possibilidades da tecnologia, a popularização da Internet trouxe muitas mudanças em nível mundial, permitindo expressar e sociabilizar através de ferramentas de comunicação, incluindo as redes sociais que

passaram a integrar as relações sociais e/ou afetivas entre diversos atores (pessoas, empresas, instituições e/ou grupos) (RECUERO, 2009), posto que “são formadas por um agrupamento de pessoas ou organizações, que se unem com o intuito em comum de estabelecer relacionamento e discutir assuntos de interesse” (TEIXEIRA, 2013, p. 18).

Na pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (p. 4, 2025), acerca da violência contra meninas e mulheres, é possível observar que a subnotificação ainda se sobressai, de maneira que proliferar campanhas e/ou iniciativas de cunho informativo, pela internet, pelas redes sociais, de conscientização e de sensibilização a respeito deste tema é uma possibilidade para que meninas e mulheres possam identificar as formas em que os comportamentos violentos operam, articulam e fazem parte de um sistema socialmente patriarcal que beneficia um grupo específico de pessoas.

Importante destacar que, há iniciativas no Brasil utilizando a tecnologia digital como aliada no combate ao feminicídio como “ISA.bot”, sendo uma ferramenta que oferece orientações para meninas e mulheres em situação de violência, bem como a iniciativa “Todos Por Uma”, cujo aplicativo envia pedidos de socorro para os contatos designados como “Anjo”.

Em um caso recente envolvendo a tecnologia, consciência e treinamento sob a perspectiva de Gênero no atendimento a vítimas de violência doméstica, no Mato Grosso do Sul, uma mulher entrou em contato com a Polícia Militar através do canal 190 e pediu o remédio “dipirona”. O policial identificou o pedido de socorro durante a ligação telefônica, logo o agente passou a instruí-la de forma codificada e fazer perguntas para saber quem era o agressor e qual era o nível da agressão:

“A senhora confirma aí, se for positivo a informação, a senhora fala dipirona novamente. É seu marido?”, questiona o policial.

- “Sim, é a dipirona, sim”, respondeu a vítima.

- “Agora fala a intensidade da agressividade aí, a senhora miligramas, 10 miligramas, 20 miligramas ou 30 miligramas. Qual é a intensidade da agressividade dele?”, perguntou o PM.

- “30”, finalizou a vítima.

(França, 2025).

Nesse caso observa-se que faz diferença a existência de políticas públicas pensadas, desenvolvidas e aplicadas com perspectiva de Gênero, pois a instrução e treinamento dos agentes públicos podem contribuir com a resolução de medidas imediatas e o caminho utilizando uma tecnologia de informação e comunicação facilita e aproxima as instituições das pessoas, no caso, das mulheres em situação de violência. A disseminação de informação vai modificando os comportamentos sociais e oferecendo possibilidades importantes incorporando códigos de linguagem e formas de sinalização de situações limite mesmo na presença imediata do agressor.

Dessarte, ao observarmos também com as lentes dos Estudos CTS, as tecnologias que são conduzidas de forma a ajudar mulheres em situação de violência doméstica e familiar como no caso citado, temos a Teoria Crítica da Tecnologia que apresenta o desenvolvimento de uma tecnologia essencialmente democrática. Feenberg (2010) justifica que esse tipo de tecnologia “[...] que fornece uma plataforma para conciliar muitos conflitos aparentemente opostos à reflexão sobre a tecnologia”, possa levar a uma oportunidade transformadora, ou seja, uma tese de que seja possível repensar processos de intervenção na tecnologia para que respondam a outros propósitos que não estejam alinhados com a violência.

Sobre as formas de manutenção da violência, o machismo e a misoginia, presentes nas práticas sociais cotidianas também tem sido observada nas redes sociais. Com o incremento e alcance da tecnologia de massa, das redes sociais e das interações via internet, a misoginia foi transformada em um negócio lucrativo. No levantamento *“Aprenda a evitar ‘este tipo’ de mulher: estratégias discursivas e monetização da misoginia no YouTube”*, divulgado em 13 de dezembro de 2024, realizado pelo Observatório da Indústria da Desinformação e Violência de Gênero nas Plataformas Digitais, em parceria com a NetLab-UFRJ e o Ministério das Mulheres, foram identificados 137 canais com conteúdo misógino no Youtube Brasil e somam 3,9 bilhões de visualizações, 105 mil vídeos publicados e, em média, 152 mil inscritos. Além disso, 80% desses canais utilizam estratégias de monetização, como anúncios, Super Chat, doações e vendas de produtos, em que os influenciadores disseminam

ódio, aversão, controle e desprezo contra as mulheres (as que recebem mais ataques são feministas, mães solteiras e mulheres com mais de 30 anos) (Santini et al, 2024).

Portanto, as tecnologias digitais analisadas a partir da perspectiva CTS e abordagens feministas refletem a não neutralidade, pois as narrativas, intenções e características que compõe as tecnologias “estão associadas a aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da sociedade” (Selwyn, 2011).

2.3 CTS e Gênero – feminicídios: possibilidades

Para combater o fenômeno do feminicídio, é necessário um conjunto de ações como humanizar o atendimento às vítimas de violência, efetivar direitos já existentes, apoiar as sobreviventes e suas famílias, educar e conscientizar as pessoas, capacitar profissionais e responsabilizar os veículos de comunicação (inclusive as plataformas e as redes sociais). Compreender as dinâmicas que mantêm a misoginia e o machismo incitando e valorizando as violências e organizar formas de monitorar, regular e fazer uso dos mesmos caminhos para popularizar alternativas de prevenção a partir da educação, apoio e acesso às informações são campos em que a perspectiva CTS, articulada com estudos de gênero e epistemologia feminista podem colaborar.

Além do mais, conforme Saffioti (2015, p. 100), se somos socializados a sermos machistas, poderíamos através da mudança de aprendizagem e de comportamento caminharmos para uma democracia plena, uma vez que não haveria solução em trocar os homens pelas mulheres no comando, pois permaneceria uma hierarquia geradora de desigualdades. Logo, também é indispensável trazer visibilidade e reconhecimento das relações de poder e controle que colocam as mulheres em condição de vulnerabilidade aliada a discriminação que circundam as violências.

Além das leis e dispositivos constitucionais, o Brasil é signatário de tratados internacionais que determinam os deveres para punir, prevenir e refrear as violências que ocasionam a morte de mulheres no país. Até mesmo, foi o primeiro Estado que adaptou o protocolo latino-americano para investigação dos assassinatos de mulheres por razões de gênero para a sua realidade social, cultural, política e jurídica.

O documento intitulado “*Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres*”, compreende componentes que visam aperfeiçoar a resposta do Estado, quais as obrigações do poder público e os direitos das vítimas e/ou sobreviventes (Prado e Sanematsu, 2017, p. 97).

Contudo, outras possibilidades incluem criar serviços no país a partir de investimento financeiro apropriado, implementar serviços de forma acolhedora e com perspectiva de gênero, monitorar as políticas públicas aplicadas para produzir dados, dimensionar o feminicídio e evidenciar essas violências frente as diferentes realidades que se apresentam no Brasil. Por isso, reduzir a prevenção e/ou repressão do feminicídio através da esfera penal é insuficiente, de modo que outras ações sejam aplicadas simultaneamente promovam e fortaleçam a igualdade de gênero.

3. Considerações finais

Compreender e enfrentar o feminicídio exige não apenas políticas públicas eficazes, mas também uma transformação epistemológica e ética, a fim de incorporar a crítica feminista às formas tradicionais de produzir conhecimento e tecnologia e usufruir das possibilidades decorrentes.

Dessa forma, as lentes dos Estudos CTS permitem entender a ciência e a tecnologia como práticas sociais situadas, permeadas por valores, interesses e relações de poder, enquanto a Epistemologia Feminista buscar desconstruir o conceito de naturalização das relações de poder, em que os comportamentos exercidos são naturais de acordo com o sexo. Dito isso, determinar os desafios e os obstáculos das mulheres na ciência e tecnologia frente ao feminicídio possui muitas causas, como a desconstrução do machismo estruturante e da misoginia.

Compreende-se a complexidade das tecnologias como aliadas na prevenção e combate ao feminicídio e outras formas de violências contra as mulheres, mas como também uma ferramenta que retroalimenta um sistema de proliferação de discursos de ódio e discriminação, que traz um retorno lucrativo para os algozes. Acredita-se, a partir da multiplicidade de perspectivas, que as mudanças no atual

cenário que compreende o feminicídio, exige uma forte transformação e compromisso de toda a sociedade e do poder público, uma vez que o Brasil tem o dever nacional e internacional de punir, prevenir e remediar todas as formas de violências contra as mulheres.

Logo, repensar a interseção das tecnologias, principalmente digitais, e o feminicídio, exige uma força tarefa multidisciplinar concomitante, com a manutenção e o fortalecimento da conscientização, das leis e das políticas públicas, bem como articular culturalmente posturas respeitosas e de cunho igualitário para cada vez mais diminuir os casos de feminicídios e de outras violências de gênero.

Conclui-se que levantar o debate sobre as relações entre ciência, tecnologia e sociedade, à luz de uma epistemologia feminista e dos estudos de gênero, é condição necessária para construir formas mais justas, inclusivas e emancipatórias de produção do conhecimento e de organização social, capazes de enfrentar não apenas os feminicídios, mas a estrutura que os torna possíveis.

4. Referências

ALVES, Raquel Suzan Evangelista; PAULA, Silvia Helena Bastos de. Mulheres negras em situação de rua: da invisibilidade social a barreiras de acesso para o cuidado efetivo em saúde: resumo executivo. Instituto Saúde, 2023. Disponível em: <https://fi-admin.bvsalud.org/document/view/9btx3>. Acesso em: 6 ago. 2025.

AUSTRALIA. Commonwealth of. Legal and Constitutional Affairs References Committee. Right wing extremist movements in Australia. 2024. Disponível em: https://parlinfo.aph.gov.au/parlInfo/download/committees/reportsen/RB000315/toc_pdf/RightwingextremistmovementsinAustralia.pdf. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres; Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Relatório anual socioeconômico da mulher: RASEAM. Ano 7, mar. 2025. Brasília: Ministério das Mulheres, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf/view>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília: MS, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN. Brasília: MS, 2010.

BRASIL. Monitor de Feminicídios no Brasil (MFB), vinculado ao Laboratório de Estudos de Feminicídios da Universidade Estadual de Londrina (Lesfem/UEL). Boletim Semestral do Monitor de Feminicídios no Brasil – 2025/1. Disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/boletim-semestral-parana-jan-a-jun-2025/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 5. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

COELHO, Thomaz. Mulher espancada com 60 socos: 5 pontos para entender o caso. *CNN Brasil*, 3 ago. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nordeste/rn/mulher-espancada-com-60-socos-5-pontos-para-entender-o-caso/>. Acesso em: 3 ago. 2025.

COSTA, Maria Conceição da; FELTRIN, Rebeca Buzzo. Desafios da interseccionalidade em gênero, ciência e tecnologia. *Cadernos Pagu*, p. e164718, 2016.

CRUZ, Maria Helena Santana. Novas tecnologias e o impacto sobre a mulher. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, Coleção Bahianas, 2002.

FEENBERG, Andrew. *Transforming technology: a critical theory revisited*. New York: Oxford University Press, 2002.

FEENBERG, Andrew. Teoria crítica da tecnologia: um panorama. In: NEDER, Ricardo T. (org.). *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, 2010.

FRANÇA, Loraine. Mulher que pediu socorro para denunciar agressão ligou depois para agradecer policiais. *G1 Mato Grosso do Sul e Morena*, 6 ago. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2025/08/06/aquela-voz-retornou-mulher-que-pediu-dipirona-para-denunciar-agressao-ligou-depois-para-agradecer-policiais.ghhtml>. Acesso em: 6 ago. 2025.

FREITAS, Lucas Bueno de; LUZ, Nanci Stancki da. Gênero, ciência e tecnologia: estado da arte a partir de periódicos de gênero. *Cadernos Pagu*, v. 49, e174908, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201700490008>. Acesso em: 15 out. 2024.

GOMES, Mariana Selister; CASARIN, Eduarda Quatrin; DUARTE, Giovana. O conhecimento situado e a pesquisa-ação como metodologias feministas decoloniais: um estudo bibliométrico. *Revista CS*, Universidad Icesi, n. 29, p. 47-

72, 2019. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/4763/476362529003/html/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

GONZÁLEZ GARCÍA, Marta I.; PÉREZ SEDEÑO, Eulalia. Ciência, tecnologia y género. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad y Innovación*, n. 2, p. 1-20, jan./abr. 2002.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.

Acesso em: 5 jun. 2025.

HARDING, Sandra. *Feminism and methodology*. Milton Keynes: Open University Press, 1987.

HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 163-168, jan./jun. 2007.

JANUÁRIO, Letícia Azevedo et al. Perspectiva feminista em programas de pós-graduação CTS: diagnóstico sobre suas limitações. *Redes: Revista de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología*, v. 26, n. 50, p. 53-69, 2020.

KETZER, Patrícia. Como pensar uma epistemologia feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. *Argumentos – Revista de Filosofia*, Fortaleza, ano 9, n. 18, p. 95-106, jul./dez. 2017.

LIMA, Betina Stefanello; COSTA, Maria Conceição da. Gênero, ciências e tecnologias: caminhos percorridos e novos desafios. *Cadernos Pagu*, n. 48, p. e164805, 2016.

MACHADO, D. F.; CASTANHEIRA, E. R. L.; ALMEIDA, M. A. S. de. A violência contra a mulher por parceiro íntimo nos serviços de Atenção Primária: da invisibilidade à medicalização. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 29, p. e240275, 2025.

NAZARENO, Bruna Ronconi de; TORTATO, Cíntia de Souza Batista. Epistemologia feminista: reflexões no campo de estudos em ciência, tecnologia e sociedade. *Revista Mundi: Sociais e Humanidades*, v. 5, n. 1, 2020.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. *Feminicídio: #InvisibilidadeMata*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Instituto Patrícia Galvão, 2017. Disponível em: https://assets-institucional-igp.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf. Acesso em: 9 ago. 2025.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2015.

SANTINI, R. Marie et al. “Aprenda a evitar ‘esse tipo’ de mulher”: estratégias discursivas e monetização da misoginia no YouTube. Rio de Janeiro: NetLab – Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/RelatorioCompletoEstrategiasdiscursivasemonetizaodamisoginianoYouTube.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2025.

SANTUCCI, Douglas. Humorista é indiciado por feminicídio de miss em Curitiba; linha do tempo detalha antes e depois do assassinato. *G1 PR e RPC*, 19 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2025/06/19/feminicidio-miss-curitiba-indiciamento-e-linha-do-tempo.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SELWYN, Neil. O que queremos dizer com “educação” e “tecnologia”? Tradução de Giselle Martins dos Santos Ferreira. In: SELWYN, Neil. *Education and technology: key issues and debates*. Londres: Bloomsbury, 2011. Disponível em: https://ticpe.files.wordpress.com/2016/12/neil_selwyn_keyquestions_cap1_trad_pt_final1.pdf. Acesso em: 2 ago. 2025.

TEIXEIRA, Patrícia Brito. *Caiu na rede. E agora? Gestão e gerenciamento de crises nas redes sociais*. Digitaliza Conteúdo, 2013.